



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC**

Processo n.º 07045413320208010001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDIVALDO DA COSTA MANASFI**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem apresentar a presente **ALEGAÇÕES FINAIS em forma de MEMORIAIS**, o que faz consubstanciado nas razões que seguem abaixo, expondo para em seguida requerer:

**Aclarado Julgador**, a Seguradora ré faz uso de suas **Alegações Finais em forma de Memoriais** para trazer a vosso crivo a análise da presente demanda, bem como apresentar sucintamente suas considerações referentes às suas teses de defesa.

#### **DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA**

#### **FALTA DE PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS**

Verifica-se que não consta nos autos instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, **violando a regra esculpida no art. 104 do CPC**.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

#### **DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO**

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração ou substabelecimento outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO. RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

1. "A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome" (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. "A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ" (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

#### **AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)**

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado, sob pena de indeferimento da petição inicial.

#### **DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA ACOSTADO**

Trata-se de caso em que a parte Autora alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando assim numa suposta invalidez permanente.

**Foram acostados DOIS boletins de ocorrência no presente processo, com informação de datas distintas.**

DADOS DO REGISTRO			
Qualificação Inicial do Registro:	01/03/2019 10:25	Qualificação Final:	01/03/2019 18:05
Órgão: Polícia Judiciária			
Designação do Policial: Leonardo Alves de Azeiteiro Santos Barbosa			
DADOS DA OCORRÊNCIA			
Ativ.: Delegacia de Polícia da 1ª Regional			
Data/hora do Fato: 18/02/2019 15:00			
Local do Fato:			
Município: Rio Branco (AC)		Bairro: Zona Rural	
Logradouro: Sr 36A, 6406, Rangel Bonal, km 03			
Tipo do Local: Área Rural			
Natureza:		Módulo: Emprego (a)	
*OCC: Leão colossus corouca na direção de veículo automotor (Art. 320 Caput - Veículo de Leão dos crimes de trânsito - CTR)			
ENVOLVIDO(S)			
Nome Civil: YANKEE SUMER DA COSTA (COMUNICANTE)			
Nacionalidade: Brasileira	Naturalização: AC - Rapaiz	Sexo: Feminino	Nas.: 03/12/1975
Profissão: (De Lei)			
Estado Civil: Solteiro(a)			
Nome da Mãe: Naimara Gomes da Costa			
Residência(s)			
RD: Centro de Identidade: 417738			
CPF: Centro de Pessoa Física: 078.333.313-30			
Endereço:			
Município: Rio Branco - AC		Bairro: Zona Rural	
Logradouro: Sr 36A, 6406, Rangel Bonal, km 03			
Telefone: (68) 99452-8575 (Celular)			
Nome Civil: EDIVALDO DA COSTA MANAIA (SUPLENTE AUTORIZADOR)			
Nacionalidade: Brasileira	Naturalização: AC - Rapaiz	Sexo: Masculino	Nas.: 05/05/1967
Profissão: Desempregado			
Estado Civil: Solteiro(a)			
Nome da Mãe: Vianete Gomes da Costa			
Residência(s)			
Nome do Pai: Edivaldo da Costa Manaiá			

fs. 24

DETRAN ACRE Depto Estadual de Trânsito		BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO		BAT/ Nº 030/ 2016 3ª Cia/ 9º BPM/ CPCIII Acrelândia	
Local BR 364 km 76 ramal Bonal km 04		Município: Quinari		UF AC	
Ponto de referência: PROXIMO À associação		Data 18/09/2016	Hora da Ocorrência 15h00min.	Dia da Semana Domingo	Zona Rural (X)
NATUREZA DO ACIDENTE	TIPO DE PAVIMENTO	CONDIÇÕES DA VIA	CONDIÇÕES DO TEMPO	Nº de veículos	
Atropelamento ( )	Asfalto ( )	Seca (X)	Bom (X)	02 (dois)	
Colisão (X)	Concreto ( )	Molhada ( )	Chuva ( )	Nº de vítimas	
Tombamento ou capotamento ( )	Paralelepípedo ( )	Olrosa ( )	Nublado ( )	03 (três)	
Choque com objeto fixo ( )	Cascalho ( )	Enlameada ( )	Garoa ( )	Sem vítima ( )	
Outros ( )	Terra (X)	Danificada ( )		Com vítima (X)	
	Árvore ( )	Em obras ( )			
Nome Condutor TIAGO DE MORAES FERREIRA		Sexo M (X) F ( )	Data Nasc 06/03/1991	RG	
Endereço BR 364 KM 76 RAMAL BONAL KM 03					
DATA 1ª CNH	Categoria	Nº Registro	UF	Exame médico	Usava cinto
					Usava capacete
Marca/Modelo HONDA XLR 125 ES	Especie PASSAGEIRO	Placa MZZ 3510	Município: PLÁCIDO DE CASTRO	UF: AC	
Nome proprietário MARCOS LAÉRCIO FRANK		Endereço R. CAETÉ 421 VILA CAMPINAS			
CHASSI 9C2JD173D18018000		Compareceu ao posto SIM ( ) NÃO (X)			
Avarias: FAROL, PAINEL, PARA-LAMA DIANTEIRO, RETROVISOR ESQUERDO, MAÇANETA DA EMBREAGEM, CAMBIO, CABO DO ACCELERADOR, CARENAGENS DO TANQUE, APOIOADOR TRASEIRO ESQUERDO, ARRANHÕES NO TANQUE E DESCARGA RODA DIANTEIRA, SELA		PONTOS Carro ( ) Moto (X)			
Sentido Que Trafegava: ADENTRANDO O RAMAL		Exat e alcoólico realizado Sim ( ) Não (X)			
Ação Do Condutor VEIO A ÓBITO SENDO CONDUZIDO POR FAMILIARES ATÉ ATENDIMENTO					
Nome Condutor EDVALDO DA COSTA MANAIFI		SEXO M (X) F ( )	Data Nasc 19 ANOS	RG	
Endereço: RAMAL BONAL KM 03					

Assim, vem à parte ré chamar atenção para o registro de dois documentos policiais informando o mesmo fato e com datas de acidente diversas.

#### DA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA ACOSTADA

O Autor ingressou com ação judicial requerendo a condenação da Ré ao pagamento da indenização securitária por seguro DPVAT, tendo em vista acidente automobilístico ocorrido em 18/02/2019.

Ocorre em sindicância foi identificado indício de irregularidade, conforme declaração do Hospital já anexada ao processo, a qual afirma a falsidade do registro de atendimento médico à parte autora na data informada no Prontuário Médico anexado ao processo.

Ocorre que, em detida análise da documentação, percebe-se, sem maiores esforços, algumas diferenças substanciais entre os documentos, em especial os documentos apresentados do HUERB, onde fora confirmado em sindicância aos laudos elaborados pelo hospital, a falsidade quanto ao laudo apresentado pelo autor.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria de Estado de Saúde  
Hospital de Especialidade e Emergência de Rio Branco - HUERB

**DECLARAÇÃO**

Realizada a visita pela Comissão (HUERB) na pessoa de: **ATILDES DILLAN O. SILVA / Analista de Sistemas, RH: 1177902-AC,** representando a Superintendente LIDER, Administradora do Seguro DPVAT na figura de Auditor, que possui consigo alguns Laudos para teste a veracidade dos mesmos.

PACIENTES	Nº BOLETIM	STATUS
GILBA ALVES DA SILVA	2657322	VERDADEIRO
ABRILSON FERREIRA ROCHA	2719784	VERDADEIRO
EDUARDO DA COSTA MANASSI	2387677	FALSO

Obs: Edição da Silva Manassí feita no dia desta declaração processada.

Atestamos,

Rio Branco - AC, 27 de outubro, 2020.

Sílvia Maria Fernandes de Almeida Sousa  
Superintendente pelo HUERB

### **DANOS ESTÉTICOS AUSÊNCIA DE COBERTURA DPVAT – FALTA DE PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE –**

No caso dos autos, deve o Judiciário se atentar ao fato de que não cabe falar-se em invalidez permanente, pois resta cabalmente comprovado através do laudo pericial às fls., que a autora, não esta incapacitada para as atividades da vida habitual, nem para o trabalho, tampouco houve perda do membro, redução da função ou inutilização do membro, conforme esclarecido pelos médicos legistas do IML, conforme a seguir:

**“...“CICATRIZ PERMANENTE NA REGIÃO DO TORAX DO LADO DIREITO POR QUEIMADURA DE 2º GRAU.[...]”**  
**...”**

#### **Graduação para cicatriz:**

**3ª LESÃO:**

**R: Cicatriz permanente por queimadura de 2º grau.**

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☒ 50% Média

☐ 75% Intensa.

☐ 100% Total.

**4ª LESÃO:**

**R:**

Resta claro que, a parte autoral, sofreu lesões que não resultaram em debilidade, tampouco, SE AFIGURAM COMO invalidez permanente, não sendo assim, justo, que seja a demanda condenada ao pagamento de quaisquer verba indenizatória, face a ausência de prova da condição da alegada invalidez.

Dessa maneira, a autora, não faz jus a verba indenizatória pleiteada, pois lhe falta condição essencial de inválida. E em hipótese nenhuma, a autora poderá ser equiparada às pessoas que são vítimas de acidente de trânsito e realmente, sofrem lesões que lhe deixam seqüelas irreversíveis.

Assim, não pode o Juízo julgar procedente a presente lide, sendo indiferente ao laudo pericial do IML acostado aos autos e, simplesmente, tratar a Autora como se houvesse sido vítima de morte ou invalidez permanente ou parcial, já que não é o caso dos autos, bastando apenas se constatar pelo exame pericial anexo aos autos.

No caso sob judice, incoerente seria considerar apenas o fato de que a Autora foi vítima de acidente de trânsito, sem comprovar que restou em invalidez permanente, pois nesta lide apenas há comprovado o nexos causal do acidente de trânsito.

**Entretanto, data máxima vênia, as alegações da parte autoral, não basta se comprovar o nexo causal, e não comprovar ser portadora de invalidez.**

**Insta ressaltar que, lesões cicatriciais, se tratam de danos estéticos, e, jamais poderá ser equiparada a debilidade, deformidade e invalidez permanente, já que não caracteriza inutilização do membro afetado, e nem redução do mesmo.**

Outrossim, em análise ao presente feito, verifica-se com extrema facilidade que a Autora alega que restou inválida permanentemente, haja vista as lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Data vênia, não assiste razão a autora, devendo ser observado pelo Nobre Julgador, que as provas produzidas pela autora, são conclusivas no sentido da **inexistência de invalidez**, principalmente, com relação ao laudo do IML de fls., tratando-se de exame complementar, não havendo que se falar, assim, em invalidez.

**Por fim, é de notório saber que para se fazer jus ao recebimento de indenização de seguro DPVAT, é necessário que haja cabalmente comprovado nos autos a condição de Invalidez Permanente, em razão de acidente de trânsito. Contudo, o requerente apenas comprovou que sofreu acidente, no entanto, as provas dos autos, são taxativas e demonstram de forma cabal que não há se falar em invalidez permanente, como aduzido pela parte autoral. Em verdade, a Autora não está inválida, motivos pelos quais a ré requer a extinção do feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487 do CPC.**

#### **DA LESÃO CONTIDA (OLHO DIREITO)**

**Ocorre que o perito não observou corretamente os parâmetros estabelecidos na tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), visto que estabelece a lesão protrusão oftálmica em olho direito, bem como lesão em dilatação oftálmica superior estendendo até o seio cavernoso, sendo que a segunda lesão já está contida na primeira lesão. Fato este que levaria a seguradora a efetuar um pagamento em duplicidade pelo olho direito lesionado.**

Neste sentido, sendo caso de invalidez permanente parcial incompleta, deverá ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional em conformidade com a previsão constante da tabela anexa à Lei n.º 6.194/74.

Assim, confirmada a invalidez permanente parcial incompleta por meio da perícia realizada, mister se faz proceder a graduação de acordo com o laudo do perito judicial, bem como aos graus de invalidez presentes na aludida tabela.

No caso em análise, a perícia judicial realizada comprovou a existência de duas lesões com graus de 75% e 50 %, Respectivamente, pra cada lesão.

Ora Exa., não é possível considerar pagamento em duplicidade para o mesmo segmento afetado (lesão no olho), sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei.

#### **DO LAUDO INCONCLUSIVO**

Importante frisar que todas as perícias realizadas na esfera administrativa são subscritas por dois médicos especialistas, sendo um profissional responsável pela realização da perícia médica e outro profissional responsável por realizar a revisão da perícia.

Desta forma, após a parte autora ser submetida à perícia, concluiu-se pelo pagamento da indenização no importe de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) em total consonância com a Legislação vigente.

**Vale ressaltar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório, sendo certo que o mero descontentamento da parte com o resultado**

da perícia realizada no âmbito administrativo não autoriza a realização de novo exame pericial em sede judicial.

Na instrução processual, o Nobre Magistrado determinou a realização de perícia médica, a fim de apurar eventuais lesões suportadas pela parte Autora, suas respectivas extensões e o nexo de causalidade entre as supostas lesões e o acidente automobilístico narrado na exordial.

Após análise do laudo pericial de fls., realizado pelo i. *expert*, verifica-se que o **referido exame clínico é incapaz de provar o direito à indenização requerida pela parte autora, visto que não gradua corretamente e tampouco indica as LESÕES suportadas pelo periciando, conforme demonstrado abaixo:**

1ª LESÃO:

Fístula carótida cavernosa devido ao traumatismo craniano encefálico e protrusão orbitária em olho direito.

R:

☐ 10% Residual      ☐ 25% Leve      ☐ 50% Média      ☒ 75% Intensa.      ☐ 100% Total.

2ª LESÃO:

R: Dilatação orbitária superior estendendo até o seio cavernoso.

☐ 10% Residual      ☐ 25% Leve      ☒ 50% Média      ☐ 75% Intensa.      ☐ 100% Total.

3ª LESÃO:

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>[3]</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos, conforme faz prova o documento à fl., apresentado pelo autor.

**Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas a seguinte tabela:**

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (audição completa) ou de fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de complementação a indenização à parte autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez apresentado na esfera administrativa subscrita por dois médicos especialistas, visto conforme amplamente demonstrado, o laudo de fls., é **INCONCLUSIVO, pois não gradua corretamente as LESÕES suportadas pelo periciando.**

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto acima, em razão das divergências apontadas e por tratar de ônus que cabe a parte autora, qual seja, comprovar que restou permanentemente inválida em decorrência do acidente noticiado, quando o autor não junta aos autos documentos capazes de comprovar lesão decorrida do acidente automobilístico, assim como é imprestável a prova pericial realizada nos autos, outra alternativa não resta a este atendo juízo, senão julgar totalmente improcedente o pedido autoral.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 3 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/AC 3988**

**DIEGO PAULI**  
**4550 - OAB/AC**